



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **7 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 4 de maio de 2011

O ESTADO DE SÃO PAULO BALANÇA COMERCIAL PODERIA MELHORAR MUITO AINDA.....	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Código Florestal: governo pressiona	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Indústria resiste às medidas do BC e volta a crescer no 1º trimestre	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Gradiente poderá ter que fazer oferta para minoritários	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO EMPRESA AGILIZARÁ CONCESSÕES DE AEROPORTOS	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR Dólar 'ótimo' é de R\$ 2,90, diz estudo	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL A CRÍTICA Três meses após a posse, parlamentares do Amazonas vão definir a coordenação da bancada.....	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO BALANÇA COMERCIAL PODERIA MELHORAR MUITO AINDA		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O Estado de S.Paulo

Segundo a pesquisa Focus, o mercado parece não acreditar que a balança comercial do ano ultrapasse US\$ 18,05 bilhões, embora nos quatro primeiros meses se apresente com US\$ 5,03 bilhões, ante US\$ 2,16 bilhões no mesmo período do ano passado. Essa previsão considera que o preço das commodities não continuará a crescer, mesmo tendo contribuído para uma elevação de 31,3% das vendas ao exterior - 47,3% de bens básicos - no quadrimestre.

Outros observadores acham que a balança comercial poderá ultrapassar o resultado de 2010, de US\$ 20,7 bilhões. Pensam que a alta das commodities continuará, enquanto as importações - numa economia que crescerá menos do que no ano passado - poderão diminuir. Comparando o resultado de abril com o do mesmo mês do ano passado, constatamos um aumento de 40,1% das exportações, ante 23% no ano precedente; enquanto, para as importações, as variações foram, respectivamente, de 38,9% e de 60,8%.

Se tomarmos os 13 principais produtos exportados, verificaremos que, enquanto em volume, no mês de abril, apresentam uma elevação de 19,7%, em preços o aumento foi de 37,3% em relação ao mesmo mês do ano passado. Nas commodities, o aumento de

preços em abril deste ano, em relação ao mesmo mês do ano passado, variou de um mínimo de 3,7% (celulose) a um máximo de 88,3% (minério de ferro), e para cerca de 11 produtos o aumento registrado foi superior a 30%.

Falou-se de um recuo da economia chinesa, mas verificamos que em abril, relativamente a março, nossas exportações para esse país cresceram 62,5%; para a União Europeia cresceram 41,8%; para a Argentina, 41,7%; mas para os EUA, apenas 22,3%.

Na mesma comparação, pode-se verificar que nossas importações de bens de capital aumentaram 6,2%; as de matérias-primas e intermediários, 13,1%; as de bens de consumo duráveis, 20,1% (e 31,4% para automóveis); e as de petróleo bruto, 34,8%, em razão da alta do preço internacional dessa commodity.

Não se pode negar que a indústria nacional poderia melhorar sua oferta, desde que o governo reduzisse a carga tributária e social que pesa sobre a economia. Caberia, principalmente, aumentar a produção de bens intermediários por meio de um esforço tecnológico maior. E é possível esperar que, com o desenvolvimento da produção no pré-sal, nossa pauta de importações poderá ser significativamente reduzida. Como se verifica, existem muitas oportunidades para melhorar a balança comercial.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Código Florestal: governo pressiona		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Na véspera da votação do Código Florestal, o Planalto pediu ao relator Aldo Rebelo (PC do B-SP) mudanças no texto. Um dos temas é a recomposição de matas nativas.

Governo faz pressão para mudar texto do Código

Planalto articula para que Rebelo recue da dispensa de recuperar mata nativa

Tânia Monteiro, Eugênia Lopes, Denise Madueño e Marta Salomon - O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA

Após pedidos da ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva, de alguns ministros e da bancada do PT, o Planalto pressionou o deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP), relator da reforma do novo Código Florestal, a tirar da proposta do texto a ideia de dispensar a recuperação da mata nativa nas parcelas de todas propriedades rurais até 4 módulos fiscais - entre 20 e 400 hectares, dependendo do município.

Pela proposta de Rebelo, essas propriedades não precisariam recompor a vegetação nativa da reserva legal desmatada ilegalmente até julho de 2008.

Essa concessão, que havia sido feita pelo relator para garantir votos da bancada ruralista, tinha o apoio do governo apenas para os produtores da agricultura familiar, que representam cerca de 8% dos imóveis rurais do País.

Restavam ontem ainda outros pontos de discordância entre Rebelo e o governo, como a liberação genérica do cultivo de alimentos em áreas protegidas, classificado como "objeto de interesse social".

Ontem à noite, Rebelo foi chamado ao Planalto para uma nova rodada de negociações com o ministro Luiz Sérgio (Relações Institucionais) e o líder do governo

na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP). O governo esperava dele novos ajustes na proposta apresentada na véspera, antes da votação prevista para ocorrer hoje.

Encerrada a reunião, o governo ainda apostava em um acordo. "Estamos perto de chegar a um acordo. O governo foi proativo. Teve iniciativa de apresentar propostas e cedeu em vários pontos para facilitar as negociações", resumiu Vaccarezza.

Rebelo, então, sinalizou que faria novos ajustes em sua proposta até hoje. "Houve uma prova do vestido de noiva e mostrou-se que precisava de um novo ajuste para chegarmos a uma peça para votação."

Mobilização. A movimentação no Planalto do Planalto começou cedo. O ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, reuniu-se com a ex-candidata do PV à Presidência, Marina Silva, e representantes de ONGs. Em seguida, o governo passou a manobrar politicamente para avançar num acordo e evitar um embate em plenário.

A bancada ruralista, reunida pela manhã em uma casa do Lago Sul, se articulou com o presidente da Câmara, deputado Marco Maia (PT-RS), e pressionou para que os parlamentares aprovassem ontem à noite ao menos um requerimento de urgência, para evitar um novo adiamento na votação. Ruralistas e ambientalistas prometem lotar as galerias da Câmara, hoje.

Apesar de a base aliada do Planalto também incluir a Frente Parlamentar da Agropecuária, só os petistas defendiam ontem que não fosse aprovada a flexibilização na recuperação da mata nativa em todas as propriedades. Mas o governo quer evitar que a presidente Dilma Rousseff recorra a veto de parte da reforma do Código Florestal.

A ex-ministra Marina Silva disse que o governo tinha como barrar a votação. "Não é questão de chegar

a 95% de consenso. Os 5% que faltam são de fundamental importância", declarou.

O presidente da Câmara confirmou os planos de pôr a reforma hoje em votação. "Estou peitando o governo porque a proposta apresentada é boa. É óbvio que também prometi que colocaria o projeto em pauta", afirmou Marco Maia.

Em fevereiro, para se eleger presidente da Câmara, ele comprometeu-se com os ruralistas a votar logo o Código.

O novo texto de Rebelo expôs as divergências também no governo. "Quero um texto de convergência. Essa proposta do Aldo está distante da proposta do governo", disse a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. "A proposta do Aldo é boa", afirmou o ministro

da Agricultura, Wagner Rossi, antes de participar da mesma reunião.

Embate

VALDIR COLATTO

DEPUTADO FEDERAL (PMDB-SC)

"Queremos que se respeite a área agrícola consolidada."

GREENPEACE

ONG AMBIENTALISTA

"Congresso desliga a motosserra" (em faixa em frente ao Congresso, que depois foi retirada pelos seguranças)

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Indústria resiste às medidas do BC e volta a crescer no 1º trimestre		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

DO RIO - O crescimento de 0,5% da produção industrial entre fevereiro e março deste ano reforça os sinais de que até agora o BC não teve êxito na missão de esfriar a economia e já eleva as projeções de analistas para o PIB -que deve crescer 1,2% no primeiro trimestre, segundo a MB Associados.


Após dois trimestres estagnado, o setor fabril voltou a crescer nos três primeiros meses de 2011 e recuperou seu nível recorde de produção.

Tal patamar não era registrado desde março de 2010, quando vigorava a redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para veículos e eletrodomésticos.

A indústria encerrou o primeiro trimestre com alta acumulada de 1,3% em relação ao mesmo período de 2010.

Para o gerente da pesquisa de indústria do IBGE, André Macedo, a retração de 2,1% na comparação com março de 2010 se deve à grande produção do ano anterior e ao fato de o Carnaval ter caído em março neste ano, reduzindo o número de dias úteis.

Para o economista Carlos Thadeu de Freitas, ex-diretor do BC, a resistência do setor fará o banco prolongar o período de aumento dos juros -sem intensificar, porém, o ritmo de alta da taxa. Sérgio Vale, da MB Associados, diz que o dado de março surpreendeu e crê que "a indústria irá desacelerar, mas não rápido como se imaginava".

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Gradiente poderá ter que fazer oferta para minoritários		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Daniele Madureira | De São Paulo

04/05/2011

Ricardo Benichio/Valor

Eugênio Staub, diretor-presidente da IGB: "O acionista menor vai ter o mesmo direito meu, a custo zero"

A IGB Eletrônica, ex-Gradiente, poderá ser obrigada a fazer uma oferta pelas ações dos minoritários, por conta da reestruturação anunciada pela empresa na semana passada, segundo a avaliação de um advogado especializado em mercado de capitais.

Na operação, dois fundos de pensão de estatais, Petros e Funcef, a Agência de Fomento do Estado do Amazonas e a fabricante americana Jabil passaram a deter 60% da nova Companhia Brasileira de Tecnologia Digital (CBTD), que herda a marca e uma das três fábricas da Gradiente. As outras duas estão arrendadas para outras multinacionais que trabalham na Zona Franca de Manaus, entre elas, a Honda.

Os demais 40% da CBTD pertencem ao que foi chamado de Holding dos Acionistas da Gradiente (HAG), na qual a família Staub detém 55% das ações. O restante ficou para os minoritários.

O passivo da fabricante, que soma R\$ 515,6 milhões, ficará com a IGB Eletrônica, cujos produtos estão fora do mercado há três anos.

"Aparentemente, houve transferência de controle", disse Leslie Amendolara, advogado especialista em direito de minoritários, que analisou a operação a pedido do Valor.

A Lei das Sociedades por Ações determina que o adquirente faça uma oferta pública de aquisição de ações (OPA), dando aos minoritários pelo menos 80% do que foi pago pelas ações que integram o bloco de controle, um mecanismo conhecido no mercado como "tag along".

Na reestruturação da Gradiente foram pagos R\$ 68 milhões por 60% da CBTD, na qual os cerca de 2 mil minoritários - 35,8% do capital está no mercado - da IGB ficaram, indiretamente, com uma fatia de 18%. Ou seja, os minoritários teriam que receber, pelo menos, R\$ 20,4 milhões para vender sua participação. Pelo mesmo raciocínio, a família Staub, dona de 22% da CBTD, poderia embolsar R\$ 25 milhões, se estivesse disposta a se desfazer do seu quinhão na nova empresa.

Inquirida pela BM&FBovespa nesta semana sobre a operação, a empresa informou em comunicado que deverá finalizar até o fim do mês um estudo sobre a "melhor forma de conferir (...) a participação dos acionistas da IGB na HAG", acrescentando que a "IGB e a CBTD são empresas totalmente distintas e a única relação entre elas está refletida no contrato de arrendamento".

Eugênio Staub, que ocupava a presidência da Gradiente e agora vai estar à frente do conselho de administração da CBTD, disse ao Valor que já consultou "informalmente" a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), regulador do mercado de capitais, e admitiu que a oferta de ações pode ser "uma das opções". "Vamos fazer o que for melhor para os acionistas. O acionista menor vai ter o mesmo direito meu, a custo zero", disse. "Estamos esperando a CVM dizer o que deve ser feito."

Até a noite de ontem, a CVM não havia recebido nenhuma consulta formal sobre o assunto.

Segundo ele, o plano é que todos os acionistas, majoritários e minoritários, participem na nova empresa (CBTD) com a mesma proporção que têm na IGB.

"Fizemos um ótimo negócio para os acionistas da Gradiente, minoritários e majoritários: não colocamos dinheiro nenhum e ficamos com 40% da nova empresa", disse.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO EMPRESA AGILIZARÁ CONCESSÕES DE AEROPORTOS		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Governo contratará sem licitação EBP, formada por BNDDES, BB e 6 bancos privados, para estudos de terminais a serem privatizados

Geralda Doca

BRASÍLIA. Para acelerar o processo de concessão dos aeroportos, o governo vai contratar sem licitação a Estruturadora Brasileira de Projetos (EBP), empresa formada por **BNDDES**, Banco do Brasil e seis bancos privados, para realizar os estudos de viabilidade econômica e modelagem jurídica (contratos) de cada um dos cinco terminais escolhidos para serem privatizados. Na semana passada, o presidente do **BNDDES**, Luciano Coutinho, adiantara que o governo iria experimentar um sistema de fast track para apressar os trabalhos.

O primeiro edital será para construção do terceiro terminal de Guarulhos, seguido pelos de Brasília, Viracopos (Campinas), Galeão e Confins (Belo Horizonte). Os trabalhos da EBP podem ser concluídos entre 30 e 60 dias e o custo do serviço é pago pelo vencedor da licitação. A empresa entregará ao governo um conjunto de estudos técnicos, modelagem econômico-financeira e minutas de editais e contratos de concessão.

Além de responder pela fase inicial, sob coordenação do **BNDDES**, a EBP vai acompanhar todo o processo, que vai da condução da consulta pública pela Agência de Aviação Civil (Anac) à assinatura do contrato com o concessionário privado, passando pela aprovação dos termos do edital pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e a realização do leilão. Empresa foi responsável por projetos rodoviários. A EBP foi responsável pela concessão de projetos de terminais rodoviários de Belo Horizonte e, atualmente, está executando projetos da BR 101/ES-BA e da BR 470-SC, além da modelagem de obras de esgotamento sanitário no Rio, segundo dados do site oficial da empresa. O presidente da Infraero,

Gustavo do Vale, disse ontem que os modelos de licitação serão definidos no prazo de 30 a 60 dias.

- O **BNDDES** vai gerenciar todo o processo - confirmou Gustavo do Vale, depois da reunião do ministro da Secretaria de Aviação Civil (SAC), Wagner Bittencourt, com os presidentes das companhias aéreas.

Segundo ele, a previsão é que todo o processo (até a licitação) seja definido entre o fim deste ano e o início do próximo. Ainda que o **BNDDES** conclua os estudos num prazo reduzido, é preciso colocar a minuta do edital em consulta pública por pelo menos 30 dias e depois aguardar por um prazo de dois meses para apreciação do TCU.

Entre a publicação do edital e a realização do leilão, são necessários mais 45 dias no mínimo e as empresas interessadas geralmente pedem um limite de 60 dias para elaborar a proposta e correr atrás de financiamento. Depois do resultado, decorrem ainda 30 dias para assinatura do contrato, explicou um técnico envolvido nas discussões. O edital da construção do novo aeroporto de Natal (RN), São Gonçalo do Amarante, que será lançado ainda esta semana, demorou um ano e meio até ir para a rua. Foi laborado pela Anac, com base no estudo do **BNDDES**. Mas, para o presidente interino da agência, Carlos Eduardo Pellegrino, o processo das novas concessões poderá ser mais breve.

- Agora, será muito mais rápido, porque esse (São Gonçalo do Amarante) foi o grande alavancador do processo - afirmou Pellegrino. Ministro apresenta plano geral de concessões. Durante o encontro de ontem, o ministro também apresentou aos presidentes das empresas as linhas gerais do plano de concessão parcial ou total dos cinco maiores aeroportos do país, como alternativa para expandir a infraestrutura aeroportuária.

Os executivos reafirmaram interesse em participar do processo e disseram que aguardam a publicação dos editais.

- Pretendemos entrar (no processo de concessão) e vamos aguardar os editais - disse o presidente da Azul, Pedro Janot.

- O processo de concessão ainda não existe, não está público - afirmou o presidente da Avianca (OceanAir), José Efromovich.

A privatização e as medidas emergenciais da Infraero para acelerar as obras foram discutidos ontem numa reunião do ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, com as autoridades do setor aéreo que durou cerca de quatro horas. Foi repassada a situação de cada terminal das cidades-sede da Copa de 2014. No dia 30, haverá uma reunião da presidente Dilma Rousseff com os governadores dos estados para tratar de todas as obras necessárias à realização do evento.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Dólar 'ótimo' é de R\$ 2,90, diz estudo		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O **dólar** deveria valer hoje algo como R\$ 2,90 para atingir a taxa "ótima" real de longo prazo, aquela que induz à alocação de recursos para os setores de maior produtividade da economia e leva ao **desenvolvimento** econômico, segundo estudo dos economistas André Nassif, do **BNDES** e da Universidade Federal Fluminense, Carmen Feijó, da UFF, e Eliane Araújo, da Universidade Estadual de Maringá. Uma das conclusões é que "a moeda brasileira ficou persistentemente sobrevalorizada por quase todo o período compreendido entre 1999 e 2010. Outra é que a taxa "ótima" real de longo prazo foi atingida em 2004. Ontem, o **dólar** fechou a R\$ 1,589.

Em Brasília, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, deixou ontem de lado as críticas à valorização do câmbio. Ao garantir que o governo Dilma não permitirá uma sobrevalorização excessiva do real, disse que se comparado a uma cesta de moedas, houve uma valorização de 35% do real. "Não é uma valorização tão excepcional, tendo em vista que os fundamentos da economia brasileira estão hoje muito mais sólidos". "Em relação ao **dólar**, o real está menos valorizado do que em 1997 e 1998".

Mantega muda o tom ao falar do dólar e elogia política monetária

Ribamar Oliveira | De Brasília

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, mudou o tom ao comentar o cenário cambial brasileiro e mostrou tranquilidade em relação ao atual nível do real frente ao **dólar**. Durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, Mantega também fez elogios à política monetária conduzida pelo Banco Central, dizendo que a avaliação apresentada pelo Copom de que o ajuste da taxa de juros será mais prolongado "está mais colada ao que está acontecendo (no campo da inflação) em período mais recente".

A frase de Mantega foi uma resposta ao senador Lindberg Farias (PT-RJ), que quis saber qual a orientação que valia, aquela feita pelo Copom na ata de sua última reunião ou a feita pelo BC no relatório trimestral de inflação no fim de março, no qual sugeriu que o ajuste seria mais curto. No relatório, explicou o ministro, a avaliação do BC é feita tendo em vista uma série de indicadores e a ata é redigida com o BC "mais colado" na conjuntura. "Na ata, ele pode mudar a ênfase", disse, ressaltando que não costuma interpretar as atas do Copom.

Pela primeira vez em anos, Mantega elogiou a política monetária executada pelo presidente do Banco Central. "A política de juros está sendo consistente, na medida certa", afirmou. "Ela (a elevação da taxa) é necessária, mas não suficiente. O BC também adotou medidas macroprudenciais, com elevação dos compulsórios dos bancos e nós elevamos o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) para encarecer o crédito e reduzir o seu crescimento", acrescentou.

O ministro afirmou que há um surto inflacionário mundial, mas que a inflação está sendo menor no **Brasil** do que em outros países. "O **Brasil** está bem na foto", afirmou. Para ele, a causa básica desse surto inflacionário é a elevação dos preços internacionais das commodities. Mantega procurou passar um vislumbre otimista aos senadores. "Os preços começarão a cair a partir de maio", projetou. "O governo não deixará que a inflação saia do controle e usará todos os instrumentos contra ela", disse. Segundo ele, a inflação ficará dentro dos parâmetros da meta de inflação.

Mantega alertou para a elevação dos preços do petróleo no **mercado** internacional e admitiu que a Petrobras, "em algum momento", poderá ser obrigada a elevar os preços dos combustíveis. "Se isso acontecer, nós iremos reduzir a Cide dos combustíveis para que não ha

repercussão sobre os preços", informou. Mas o ministro disse que essa questão ainda não está colocada.

Na audiência da CAE, Mantega deixou de lado as críticas que vinha fazendo à valorização do real. Depois de garantir que o governo Dilma não permitirá uma sobrevalorização do real, "pois isso provocaria a doença holandesa", o ministro procurou minimizar esse problema. Se comparado com uma cesta de moedas, Mantega disse que houve uma valorização de 35% do real frente a uma cesta de moedas nos últimos cinco anos. Em relação ao dólar o ganho foi de 47%. "Não é uma valorização tão excepcional, tendo em vista que os fundamentos da economia brasileira estão hoje muito mais sólidos".

"Em relação ao dólar, o real está menos valorizado do que em 1997 e 1998", afirmou. "Não se deve falar apenas em valorização do real frente ao dólar, pois o dólar está caindo no mundo inteiro."

Segundo Mantega, se a comparação for feita em relação ao euro, a valorização do real será de apenas 15%, o que, na sua avaliação, é compatível com a melhoria dos fundamentos econômicos do Brasil. O ministro destacou ainda que a valorização do real resulta do grande fluxo de divisas, em decorrência das políticas monetárias expansionistas dos Estados Unidos e demais países desenvolvidos.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) quis saber quais as medidas de desindexação da economia que o governo vai adotar. Inicialmente, Mantega disse que a economia brasileira tem um nível de indexação "desconfortável". Ele afirmou que o governo deseja dar "novos passos" no sentido da desindexação, pois considera que o Brasil tem uma inflação basal de 3%.

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA	EDITORIA	
	TÍTULO Três meses após a posse, parlamentares do <u>Amazonas</u> vão definir a coordenação da bancada		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

No último dia 27, ainda sem coordenação, a bancada reuniu com a direção da Infraero

Brasília , 04 de Maio de 2011

Antônio Paulo

No último dia 27, ainda sem coordenação, a bancada reuniu com a direção da Infraero (Roque de Sá/Agência Tempo)

Três meses depois de tomar posse, somente nesta quarta-feira (4) os oito deputados federais e os três senadores do Amazonas se reúnem para escolher o coordenador da bancada de 2011. Assuntos de interesse do Estado, como a Medida Provisória (MP) 517, que inclui alterações na Lei de Informática (8.248/1991) e atinge a Zona Franca de Manaus (ZFM), deixaram de ser discutidos coletivamente e de forma suprapartidária por conta de interesses políticos individuais.

A única ação em bloco da bancada, ainda sem coordenação, ocorreu na semana passada, quando sete dos 11 parlamentares amazonenses foram pressionar a direção da Infraero para agilizar a reforma do aeroporto Eduardo Gomes, em Manaus, para a Copa do Mundo de 2014. O convite para a audiência foi feito pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Na reunião que acontece hoje, às 12h, no gabinete do senador João Pedro (PT-AM), aparecem os nomes do senador Eduardo Braga (PMDB-AM) e do deputado federal Sabino Castelo Branco (PTB-AM).

No início da legislatura, a deputada Rebecca Garcia (PP-AM) chegou a ser cogitada e até lançada candidata a coordenadora. Estava-se costurando um consenso, até acontecer uma conversa entre o governador Omar Aziz e o deputado federal Átila Lins (PMDB-AM) que fez adiar a escolha. O governador teria vetado o nome de Rebecca porque ela teria rejeitado o

convite para assumir uma secretária no Governo do Estado e por não o ter consultado sobre a pretensão de ser coordenadora.

Omar, então, sugeriu a Átila pleitear a coordenação. O impasse político foi instalado porque o deputado do PMDB desde sempre pleiteava a coordenação da Região Norte. Para o mesmo cargo, dentro da bancada amazonense, disputava o deputado Francisco Praciano (PT-AM). O governador Omar Aziz disse que jamais rejeitou o nome de Rebecca Garcia e negou ter conversado com Átila Lins sobre o assunto. Fechado o cerco político e diante do descontentamento dos colegas, o decano (mais antigo) da bancada recuou da candidatura.

A bancada amazonense ficou sem nome porque a deputada do PP, contrariada, manifestou desinteresse pelo cargo. Na última quinta foi alçada vice-líder do Governo Dilma na Câmara.

Braga rejeita e Sabino 'topa'

Irredutível, senador diz que "está fora"; já o deputado comenta que vai por o nome à disposição dos colegas

A disputa interna para o cargo de coordenador da bancada do Amazonas fez surgir o nome do senador Eduardo Braga (PMDB-AM) para comandar o grupo parlamentar. A "candidatura" vem sendo defendida pelo deputado Pauderney Avelino (DEM-AM). Mas, Braga vai recusar a indicação e um possível consenso em torno de seu nome. Ele chegou a dizer, dia desses, que aceitaria a missão caso a bancada assim o quisesse.

Ontem, o parlamentar estava irredutível. "Estou fora! Quero ser apenas dono dos meus votos e da minha opinião", disse. Questionado sobre o tempo que a bancada ficou sem coordenador e dos prejuízos políticos que a lacuna pode ter causado em relação aos

interesses dos amazonenses, o senador Eduardo Braga minimizou.

“Tudo a seu tempo. Veja o caso da coordenação da Região Norte: havia uma disputa de dois nomes dentro da nossa bancada e se chegou a um consenso em torno do Átila (Lins). Hoje, nós vamos escolher o nosso coordenador com tranquilidade”, declarou.

O senador diz não vetar ninguém e defende até que Átila Lins ou Rebecca Garcia assumam o posto

independentemente das tarefas que vão ocupar em outros espaços.

Sondado, o deputado Sabino Castelo Branco (PTB-AM) disse que vai por o nome à disposição dos colegas. Se não aparecer ninguém, é provável que o petebista venha a ser o novo coordenador do **Amazonas**.